



*Estado da Paraíba*  
*Câmara Municipal de João Pessoa*  
*Casa Napoleão Laureano*  
**GABINETE DO VEREADOR FABIO LOPES**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº      /2025**

**AUTORIA: FABIO LOPES – PL**

**DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA  
DISPONIBILIZAÇÃO DO CARNÊ DO  
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL  
URBANO (IPTU) EM BRAILLE PARA OS  
CONTRIBUINTES COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições legais, faz saber que o Poder Legislativo aprova o seguinte Projeto de Lei:**

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a disponibilizar, mediante solicitação prévia, o carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em formato braille para os contribuintes com deficiência visual no âmbito do município de João Pessoa.

**Art. 2º** A solicitação do carnê em braille deverá ser feita junto à Secretaria da Receita Municipal, presencialmente ou por meio eletrônico, até o último dia útil do mês de outubro do exercício anterior ao lançamento do tributo.

**Art. 3º** O carnê em braille deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:  
I – Nome do contribuinte;

II – Número do cadastro do imóvel;

III – Endereço do imóvel;

IV – Valor venal do imóvel;

V – Valor do imposto lançado;

VI – Datas de vencimento das parcelas e respectivos valores;

VII – Informações de contato para dúvidas e esclarecimentos.

**Art. 4º** A disponibilização do carnê em braille não isenta o contribuinte do recebimento da versão tradicional, salvo quando expressamente solicitado.

**Art. 5º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.



*Estado da Paraíba*  
*Câmara Municipal de João Pessoa*  
*Casa Napoleão Laureano*  
**GABINETE DO VEREADOR FÁBIO LOPES**

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do exercício seguinte à sua regulamentação.

*Fábio Nóbrega Lopes*  
**FÁBIO LOPES**  
**PL**

**JUSTIFICATIVA:**

*Este Projeto de Lei tem como objetivo garantir maior inclusão e acessibilidade às pessoas com deficiência visual no município de João Pessoa, promovendo o direito à informação de maneira autônoma e independente.*

*A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso XV, assegura a igualdade de todos perante a lei, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforça a obrigatoriedade de acessibilidade nos serviços públicos, inclusive na comunicação e na informação.*

*A disponibilização do carnê de IPTU em braille representa um avanço nas políticas de inclusão social e respeito aos direitos das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o acesso direto a informações tributárias que lhes dizem respeito.*

*A medida tem impacto financeiro reduzido, visto que será feita apenas mediante solicitação, e contribuirá significativamente para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e cidadã.*

*Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres vereadores para a aprovação deste projeto.*

*João Pessoa PB, 13 de maio de 2025.*

*Fábio Nóbrega Lopes*  
**FÁBIO LOPES**  
**PL**